

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
AGRADECIMENTOS	17
INTRODUÇÃO	19

PARTE I - REFORMA DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL: ASSIMETRIA REGULATÓRIA, CONCORRÊNCIA E UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.	23
A. ASPECTOS GERAIS.	23
1. <i>A regulação do monopólio natural.</i>	<i>23</i>
2. <i>Fim do monopólio natural, regulação e serviço universal.</i>	<i>26</i>
B. O CONTEXTO NACIONAL PRECEDENTE	35
1. <i>Os serviços de telefonia.</i>	<i>35</i>
2. <i>Os serviços de radiodifusão.</i>	<i>37</i>
C. O PROCESSO DE REFORMA PRÉVIO À APROVAÇÃO DA LGT	39
1. <i>A lei regulando o serviço de TV a cabo.</i>	<i>39</i>
2. <i>Modificação dos processos de outorgas na área de radiodifusão.</i>	<i>40</i>
3. <i>A reforma constitucional.</i>	<i>41</i>
4. <i>A entrada do capital privado no serviço telefônico móvel.</i>	<i>42</i>
D. A REFORMA REGULATÓRIA VIABILIZADA PELA APROVAÇÃO DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES	44
1. <i>A complementaridade de funções do CADE em relação à Anatel.</i>	<i>44</i>
2. <i>Assimetria regulatória e restrições à adoção de estratégias de expansão ou diversificação.</i>	<i>47</i>

i. A regionalização da prestação do serviço telefônico fixo.	49
ii. Novas prestadoras do STFC: obrigações, prazos e limites ao número de ingressantes.	51
iii. Limites à concentração mediante fusão ou aquisição de empresas. ...	53
iv. Limites à expansão da área geográfica de cobertura	55
v. Limites à adoção de estratégias de diversificação dos serviços oferecidos.	57
3. <i>O plano geral de metas de universalização.</i>	60
i. O PGMU e o acesso individual ao STFC.	61
ii. O PGMU e o acesso coletivo ao STFC.	64
iii. O preço dos serviços.	69
iv. PGMU: fontes de financiamento.	71
v. O que não foi coberto pelo PGMU.	73
vi. Política de universalização: síntese e comparação internacional.	74
E. COMENTÁRIOS FINAIS	76
PARTE II – NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LGT	83
A. ALCANCE DA LGT, NOVA REGULAÇÃO E DIREITOS ADQUIRIDOS	83
B. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E REGIME JURÍDICO	86
C. CONCORRÊNCIA CONCORRÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	93
D. CONDICIONAMENTOS E RESTRIÇÕES ÀS TRANSFERÊNCIAS E A ATOS DE CONCENTRAÇÃO	103
E. UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	112
F: TARIFAS, PREÇOS E PAGAMENTOS POR OUTORGAS E AUTORIZAÇÕES	118
G. UTILIZAÇÃO DE REDE DE TERCEIROS, INTERCONEXÃO, DIREITOS DE PASSAGEM	124
H. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	129

I. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS EMPRESAS DO SISTEMA TELEBRÁS	132
J. ÓRGÃO REGULADOR: COMPETÊNCIAS	135
K. ÓRGÃO REGULADOR: INDEPENDÊNCIA, TRANSPARÊNCIA, CONTROLE	139
L. ÓRGÃO REGULADOR: CONSELHO DIRETOR	143
M. ÓRGÃO REGULADOR: CONSELHO CONSULTIVO, OUVIDORIA, CORREGEDORIA E BIBLIOTECA.	145
N. ÓRGÃO REGULADOR: PESSOAL, RECURSOS E CONTRATAÇÕES	147
O. A DELIMITAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS NA ESFERA PÚBLICA.	152
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.	157
LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000.	219
LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000.	236
LEI Nº 10.052, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2000.	241
ÍNDICE GERAL	247